


ESCOLA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA: AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO PROJETO DA MODERNIDADE

Me. Raoni Borges Barbosa  0000-0002-2437-3149
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Eliane Anselmo da Silva  0000-0002-6624-8493
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo discute as Ciências Sociais na construção da consciência crítica e reflexiva na relação entre indivíduo, sociedade e cultura; e na tomada de consciência de si e do mundo pelos estudantes no âmbito institucional escolar. Aborda a formação das Ciências como projeto de reflexão e crítica da modernidade ocidental; e enfatiza os possíveis lugares das Ciências Sociais, representada pela Sociologia, na escola brasileira atual. A importância das Ciências Sociais se inscreve em um cenário de enormes demandas de confiança institucional, inteligibilidade sistêmica e instrumentário imaginário e simbólico para a emancipação do espírito humano na sociedade complexa.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais; Escola; Emancipação do Espírito Humano; Modernidade.

SCHOOL AND CRITICAL CONSCIOUSNESS: THE SOCIAL SCIENCES IN THE PROJECT OF MODERNITY

ABSTRACT: This article discusses the Social Sciences in the construction of critical and reflective consciousness on the relationship between individual, society and culture; and, on students' consciousness of themselves and the world in the institutional school environment. It addresses the formation of Science as a project for reflection and criticism of Western modernity; and emphasizes the possible places of Social Sciences, represented by Sociology, in the current Brazilian school. The importance of Social Sciences is inscribed in a scenario of enormous demands of institutional trust, systemic intelligibility and imaginary and symbolic instruments for the emancipation of the human spirit in a complex society.

KEYWORDS: Social Sciences; School; Emancipation of the Human Spirit; Modernity.



1 APRESENTAÇÃO

Este breve artigo, intitulado *Consciência crítica na Escola: As Ciências Sociais na construção da identidade moderna*, discute o potencial e o papel das Ciências Sociais na construção cotidiana da consciência crítica e reflexiva, tanto a nível individual quanto coletivo, sobre a relação entre indivíduo, sociedade e cultura, em sentido amplo; e, mais especificamente, sobre a tomada de consciência de si e do mundo pelos estudantes no âmbito institucional escolar. Enquanto o primeiro momento da discussão aborda, em linhas gerais, a formação das Ciências como projeto de reflexão e crítica da modernidade ocidental, com seus aspectos capitalista, urbano, burocrático e técnico-científico; o segundo momento enfatiza, por sua vez, os possíveis lugares das Ciências Sociais, representada pela Sociologia, na escola brasileira atual. O argumento central deste artigo, nesse sentido, aponta a importância das Ciências Sociais na construção da identidade plural e democrática da sociedade moderna, cujos princípios morais e projetos civilizadores, tais como a emancipação humana da tradição e a felicidade individual; foram historicamente representados no processo de elaboração do discurso sociológico, antropológico e politológico de progresso civilizacional, de ordem social, de crescimento econômico e de acúmulo da experiência coletiva de controle e de administração instrumental da Natureza e da Cultura. Este amplo projeto de tempo longo, que se estende pela Renascença, pelo Iluminismo e chega à contemporaneidade da nossa atual Modernidade Reflexiva (GIDDENS, 1991, 2002), expressa pela Sociedade de Risco (BECK, 2002); implicou na produção coletiva de um conhecimento secular e empírico sobre o real social. Conhecimento este que pretende dissociar-se do mito e da especulação para constituir um saber científico legítimo especializado, autônomo e burocratizado.

As Ciências Sociais constituíram-se historicamente em conformidade com esse processo evolutivo de busca por uma representação verdadeira do real social



que redundou na formulação de um Conhecimento Positivo, que distingue entre Ciência e não Ciência; e na demarcação entre saberes tradicionais, do senso comum, religiosos e científicos sobre a vida humana em seus aspectos sociais, culturais e biopsíquicos; distinguindo, assim, dessa vez, entre Conhecimento Metodologicamente Afiançado e pautado em Dados Objetivos, de um lado, e Artes, Filosofia, Humanidades, Letras, do outro (PIRES, 2010). As Ciências Sociais se estabelecem, portanto, no que se convencionou ser a segunda distinção epistemológica de construção do projeto moderno de Ciência, de modo que tem como espelho de aproximação as Ciências Naturais e como espelho de distanciamento a Filosofia e as Artes. Nesse ínterim, a noção de dados objetivos passa a abarcar um repertório amplo de possibilidades analíticas, descritivas e de experimentação, tais como o laboratório, o arquivo e a pesquisa de campo. Ao passo que, em paralelo, a noção de metodologia científica nas Ciências Sociais se estabelece sob o primado de que a busca pela verdade deveria pautar-se em práticas impessoais, verificáveis e falsificáveis de formatação de assertivas a partir de registros axiologicamente neutros. Nessa fase de desenvolvimento das Ciências Sociais, que remete aos trabalhos de Marx, Durkheim, Tarde, Spencer, Simmel, Weber, Frazer, Morgan e outros; a noção de descoberta científica, tão cara ao ideário positivista do progresso técnico e civilizatório, passa a cristalizar-se, no discurso das Ciências Sociais, como: a) o exercício de revelar tabus, interditos, problemas sociais invisibilizados e silenciados no espaço público e não enquadrados como problema político; b) o esforço de impedir que arenas públicas e políticas de produção de conhecimento sobre o real social sejam extintas pelos interesses religiosos, econômicos e políticos; c) o compromisso com a missão emancipadora da produção científica em relação à tradição, ao senso comum e aos saberes mágicos, mitológicos e religiosos; d) e, por fim, o enquadramento teórico-metodológico do cotidiano e da história como laboratório humano, em que o senso comum e movimentos sociais atuam na produção das descobertas científicas.



Caber ressaltar, no processo supracitado de maturação histórica, acadêmica e institucional das Ciências Sociais, a sua imensa herança epistemológica e teórico-metodológica de práticas discursivas renascentistas, iluministas e de contextos políticos revolucionários e modernizantes, como a Filosofia Política, a Filosofia da História, o Levantamento e a Reforma Social, e a Biologia (BOTTOMORE, 1971). Nesse diapasão, as Ciências Sociais acomodam imperativos axiológicos de controle positivo e prático do Meio Natural e Humano, presentes em vocabulários técnicos e conceituais de paradigmas da Física (Fluxo, Quantidade, Dinâmica, Mecânica, Entropia, Equilíbrio, Relações de Forças), da Biologia (Tecido, Órgão, Morfologia, Fisiologia, Função, Patologia, Doença, Evolução), da História e da Filosofia (Progresso e Evolução Social, Evento, Tempo e Espaço, Humanidade, Teologia e Teleologia, Sociedade Política e Sociedade Civil, Estado, Dialética), e da Matemática (Estatística, Geometria, Volume, Área, Saturação, Função). Enquanto saber científico fortemente influenciado pelas revoluções burguesas ou modernizantes que fundam a modernidade urbano-industrial, racional-burocrática e o Estado-Nação, tais como a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, a Revolução Americana, o Movimento Independentista e Republicano na América, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e demais movimentos que historicamente marcaram rupturas como modos tradicionais de vida; as Ciências Sociais, paulatinamente, desenvolvem um olhar analítico sobre a sociedade e a cultura primeiramente em torno do Problema ou Questão Social e, em ato contínuo, sobre outros aspectos problemáticos e desafiadores do real social e cultural, sintetizados, por exemplo, como a Questão Urbana, a Questão Política ou a Questão Ecológica. Destacam-se, na elaboração científica da Questão Social que dominou os debates em Ciências Sociais do século XIX, a teoria do materialismo histórico, de Marx; a teoria da racionalização do social, de Weber; e a teoria da solidariedade social, de Durkheim.



A esta altura tem-se consolidada a noção de Ciências Sociais como prática acadêmica e profissional, cujos modelos de explicação causal e de compreensão de tendências da Estrutura Social, a complexa rede de instituições e grupos em conexão social sistêmica; e da Estrutura Simbólica; e da Estrutura Simbólica, a complexa rede de comunicação, de parentesco e de rituais públicos fazem jus à sua nomenclatura híbrida greco-romana: o *socius*, de tradição latina, remete à classificação relacional da vida humana; o *logos*, de tradição grega, aponta para a classificação simbólica dos fatos sociais. As Ciências Sociais consolidaram-se, então, como o saber científico geral sobre a sociedade, apresentando gradualmente métodos e esquemas conceituais mais precisos em substituição de teorias gerais e sistemas explicativos finais e fechados de cunho conservantista. O conservantismo era então a preocupação obsessiva com a perda da tradição, que, a olhos vistos, acontecia resultante dos irreversíveis processos de modernização. Estes processos, que erigiam cidades, indústrias, fábricas, mercados, burocracias, ciências, e, em síntese, a pulsante vida atual em regime de capitalismo informacional globalizado e que as Ciências Sociais se esforçam atualmente em explicar, compreender, historicizar, descrever e interpretar, fomentavam posturas morais e emocionais cada vez mais individualistas. Este modo de navegação social produzia novas culturas em conformidade com os vínculos sociais efêmeros, pontuais, racionalizados, impessoalizados e institucionalizados do urbanismo que despontava como estilo de vida. O tópico seguinte aborda justamente a importância das Ciências Sociais para a organização e para a administração das tensões e conflitos cotidianos em regime democrático de uma sociedade moderna em fase avançada ou tardia, aqui denominada de Modernidade Reflexiva ou de Sociedade de Risco. Atingimos, nesse sentido, o momento atual desse amplo processo civilizador ocidental (ELIAS, 1993, 2011), caracterizado como sociedade de indivíduos e de ideologia individualista, de risco e de confiança sistêmica, da



informação e do conhecimento, de serviços e de consumo, de capitalismo informacional globalizado, entre outros.

2 O PAPEL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO PROJETO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA E DE FELICIDADE INDIVIDUAL

Nesse tópico, desenvolve-se o argumento de que as Ciências Sociais atuam como condição existencial de uma Modernidade Reflexiva e de uma Sociedade de Riscos em bases democráticas, plurais e compromissadas com a emancipação humana e com a felicidade individual. Para tanto, discorreremos sobre a leitura do momento social e cultural atual desde as teorizações de Giddens (1991, 2002) e de Beck (2002). Em ato contínuo, buscamos ilustrar – no pensamento de Gusfield (1981) e nos pensamentos de Habermas (1989, 2012) e de Bauman (2015) – o compromisso das Ciências Sociais com a emancipação do Espírito Humano, o que se entende como o processo coletivo de promoção de mais possibilidades de liberdade e de realização individual no grupo. Gusfield, nesse sentido, nos informa sobre as esferas sociais de problematização da vida coletiva e sobre o papel das análises em Ciências Sociais para mobilizá-los; enquanto Habermas problematiza as formas sociais de conhecimento e de interesse, com destaque para o papel crítico e reflexivo das Ciências Sociais sobre o mundo; e Bauman, por fim, discorre sobre o compromisso das Ciências Sociais e Humanas com a emancipação humana.

Giddens (1991, 2002) e Beck (2002) cunharam os conceitos de modernidade reflexiva e de sociedade de risco para a análise do nosso atual momento de sociedade globalizada. Beck realizou, nesse sentido, um profundo estudo da sociedade contemporânea, de modo a compreender que tipo de modernidade se apresenta nos atuais cenários de mudanças globais aceleradas e cunha a expressão Modernidade Reflexiva ou Segunda Modernidade para caracterizar o contexto relacional, institucional, material e simbólico presente. A modernidade reflexiva e a sociedade de risco se caracterizam pelo vazio político generalizado,



expresso na ausência de um sujeito político e na falta de uma teoria da ontologia tardo-moderna reflexiva (o conhecido pesadelo conceitual dos pós-), resultante da dissolução das formas sociais da primeira modernidade, pautadas ainda na família tradicional e no trabalho doméstico (para as mulheres) e assalariado (para o homem). A Sociedade de Riscos, pontua Giddens (1991), ao insistir no projeto de emancipação da Modernidade, substituiu a Sociedade Industrial da Primeira Modernidade, ainda uma sociabilidade tardo-estamental, por uma Sociedade Burguesa de Serviços, Profissões e Burocracia enquanto produto do desenvolvimento técnico-científico e político-econômico ocidental, combinando Sociedade de Mercado e de Bem-Estar.

A produção de confiança sistêmica (nos sistemas impessoalizados de Política, Economia, Ciência, Mídia, Burocracia e outros), na Sociedade de Riscos, se realiza na dinâmica de sistemas peritos e na circulação de fichas simbólicas ou meios generalizados de comunicação, tais como o dinheiro no Mercado, os comandos hierárquicos na Burocracia, o voto e as agendas eleitorais na Política Estatal, a notícia na Mídia, as práticas discursivas formalizadas na Ciência. Este cenário sistêmico impessoalizado, por um lado, remete ao Mundo da Vida (o espaço social da privacidade, da intimidade) cada vez mais sujeito a processos de individualização, institucionalização e standardização, por outro lado. De acordo com Giddens e Beck, estes processos passam a demandar uma cada vez mais acentuada autopolitização das formas sociais (o privado é político, o íntimo é político, o corpo é político) e uma privatização dos riscos sociais conforme uma ideologia individualista que nega o social e a sua configuração politicamente construída. A experiência e vivência individual cotidiana é, então, de dissociação psíquica, de compartimentalização de lealdades e fidelidades sociais próprias da multiplicidade de vínculos fracos e pontuais, especializados e efêmeros dessa Sociedade de Riscos em uma Modernidade Reflexiva. E de desorganização normativa, de múltiplos eus imersos em culturas emotivas e morais complexas e



politextuais que demandam do ator e agente social enormes competências civis – no respeito aos contratos tácitos de respeito à situação social – e rituais, como na habilidade de comutação da linguagem e no uso de adequado de performances e repertórios simbólicos adequados para cada contexto social específico.

A reflexividade sistêmica e a individual, própria dessa fase de radicalização da Modernidade, ocorrem de formas, em tempos e em espaços legitimamente dissociados um do outro, gerando muita indeterminação para as trajetórias e para os projetos individuais: o Medo, assim, se impõe como destino coletivo; e a autoprodução de riscos, de perigos e de ameaças globais, irreversíveis e invisíveis passa a ser constante, a exemplo das crises econômicas, políticas, sociais e mesmo ecológicas e sanitárias que impactam sobre o social globalizado. Giddens, nesse sentido, postula um momento de radicalização e de universalização da modernidade, caracterizado, em linhas gerais: pelo sistema político não-comunitário, mas impessoalizado e burocratizado do Estado-Nação; pela economia monetária global, que comprime tempos e espaços de trocas e tudo sintetiza como mercadoria; pelo urbanismo moderno; pela consciência das limitações ecológicas; e pela administração do social e da cultura mediante fichas simbólicas e sistemas peritos na condução de riscos e perigos globais, invisíveis, impassíveis de redução simbólica no formato do discurso público e político. Em referência à essa Sociedade de Riscos, Giddens justamente informa a importância e a urgência de superação da perspectiva providencial em relação ao conhecimento, pontuando a necessidade do pensamento contrafactual atualizado conforme as experiências de desencaixe social (de aceleradas transformações e deslocamentos das lógicas de ação dos papéis sociais) e as demandas de confiança sistêmica, não tradicional. Podemos concluir, a partir de Beck e Giddens, portanto, a impossibilidade do conhecimento não reflexivo, de grandes narrativas e de teorias totalizantes do real, do social e da cultura nesses atuais cenários de riscos e de demandas de reflexividade na sociedade moderna atual. As Ciências Sociais, com efeito, demarcam essas



impossibilidades de coerências finais e determinísticas na apreensão da realidade, ao menos enquanto saber científico sério, metodologicamente alicerçado pela tradição acadêmica.

Gusfield (1981), por seu turno, problematiza a questão da indeterminação e dos riscos como elementos normais e cotidianos na modernidade reflexiva ao perceber a sociedade atual por meio da lógica de dissociação prática e cotidiana entre problemas sociais, públicos e políticos. Desta forma, a passagem de uma dimensão para a outra implica em custos transacionais de processamento laico e perito do problema, tais como a sua adequada vocalização midiática em formato de empreendimentos morais de cruzada simbólica; e, por fim, como a sua acomodação política nas esferas institucionais do público extraordinário, para além da comunicação difusa de um problema ou demanda social. O aspecto social da sociedade, nesse modelo gusfieldiano, pode ser entendido como o cotidiano da prática tensional e conflitual do ator e agente social comum e anônimo, com seus momentos de privacidade e de visibilidade. O aspecto público do social, por sua vez, remete à dimensão relacional visível e minimamente pertinente para gerar irritação e transformação de condutas. O público, na modernidade, constitui o lugar de fala do empreendedor moral, principalmente do perito, do especialista, do técnico, do representante político, do vocalizador midiático, do cientista, do reformador social, dentre outros. Nas esferas públicas de deliberação, portanto, se inscreve o papel das Ciências Sociais de prática discursiva que problematiza crítica e reflexivamente as relações sociais, os estilos de vida e repertórios simbólicos da cultura e as disposições individuais de personalidade em papéis e hierarquias sociais. O elemento político da sociedade, por fim, abarca a dimensão das arenas públicas de deliberação, de produção e de imposição de condutas coletivamente vinculantes em regime de legalidade e legitimidade, pretendendo transformar conscientemente o mundo social. Aqui as Ciências Sociais desempenham um



importante papel de informar, justificar, racionalizar e interpretar projetos e demandas políticas.

Habermas (1989, 2012), em sua teoria do agir comunicativo, apresenta uma leitura aproximada do que foi acima problematizado no modelo gusfieldiano de sociedade, isto é, as dissociações e compartimentalizações das espacialidades e das temporalidades em que se desdobra a vida individual e coletiva. Enquanto Gusfield (1981) descreve esferas sociais, públicas e políticas como momentos de um social complexo e multifacetado, Habermas (1989, 2012) entende a modernidade reflexiva organizada em Sistema e Mundo da Vida: esferas sociais de lógicas simbólico-interacionais e sistêmicas autoexcludentes, de modo que no Sistema impera a razão instrumental (de cálculo, impessoalidade e racionalidade) e no Mundo da Vida predomina a razão comunicativa (de reconhecimento, pessoalidade e afetividade). Essa bipartição da realidade social dificulta a produção coletiva de consensos, projetos, agendas culturais e políticas e estratégias de gestão da vida social. Habermas, entretanto, argumenta que a modernidade ocidental logrou produzir três formas específicas de saberes e práticas discursivas devidamente epistemologizadas enquanto conhecimentos científicos. Cada um desse tipo de conhecimento corresponde a um interesse social específico a ser satisfeito enquanto expressão de tensão e conflito social. O conhecimento positivo, representado pelas ciências exatas e da natureza, articula o interesse social prático, gerencial-administrativo e organizacional mediante a aplicação de uma racionalidade instrumental que organiza tempos, espaços, pessoas, objetos, ideias e fluxos comunicacionais enquanto recursos materiais, simbólicos e actanciais. O conhecimento histórico-hermenêutico, por sua vez, mobiliza o interesse social político-cultural de integração simbólica, ideológica, axiológica e afetiva mediante a racionalização do Passado, da Origem e do Processo de constituição identitária e sagrada do grupo. O conhecimento crítico-reflexivo, por fim, vocaliza o interesse social político-cultural de emancipação do Espírito (em sentido romântico alemão



de energias vitais do humano) ou de mais ampla possibilidade de auto-compreensão e cultivo do *self* (em sentido pragmatista de interioridade reflexiva relacional do indivíduo), o que remete à liberdade de problematização teórica do social e culturalmente invisibilizado, naturalizado e esquecido e de de-construção ideológica do social e culturalmente instituído.

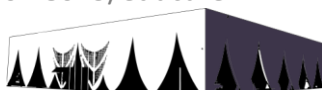
Na conjugação consciente das formas de conhecimento e de interesse, argumenta Habermas, a ação comunicativa se realiza como discurso social correto, inteligível, verdadeiro e crível em arenas simbólicas de deliberação, de produção e de imposição de decisões coletivamente vinculantes. As Ciências Sociais assumem, então, um enorme destaque na produção dessa criticidade e dessa reflexividade sobre o social, a cultura e o indivíduo. A discussão apresentada por Bauman (2015), sobre a problematização do Sistema e do Mundo da Vida a partir das experiências e vivências do ator e agente social individual, ocorre a partir de leituras assíduas de Habermas, de Giddens e de Beck. Nesse sentido, Bauman acentua o compromisso das Ciências Sociais com o projeto moderno de emancipação do Espírito Humano ao resgatar o desenvolvimento histórico de uma ciência da sociedade que tenciona, provoca e, até mesmo, rejeita verdades do senso comum, da crença, do conhecimento tradicional tácito ou da família. As Ciências Sociais estariam, pois, ligadas à construção coletiva de uma massa crítica de consciência e de compreensão para a emancipação humana por meio da problematização sistemática da experiência (objetiva) e da vivência (subjetiva) individual para além dos seus horizontes morais e emocionais, cognitivos e comportamentais, temporal e espacialmente limitados. Bauman, nesse diapasão, conclui que as Ciências Sociais podem ser definidas como o exercício de de-construção teórica da realidade social, de modo a posicionar em bases diversas de compreensão e de explicação a tensa relação entre indivíduo, cultura e sociedade. Eis a importância das Ciências Sociais na Escola, tal como discutiremos no tópico seguinte.



3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA ESCOLA

A escola constitui um dos muitos espaços de formação que as Ciências Sociais têm alcançado com bastante empenho nos últimos anos. Os debates no país em torno do seu ensino na Educação Básica, a partir da disciplina de Sociologia, sempre foi um desafio para os estudiosos da área. A Sociologia, compreendida enquanto lócus formativo das Ciências Sociais no Ensino Médio, tem seu ensino obrigatório nesse nível da educação em junho de 2008, com a implementação da Lei 11.684, após quase 40 anos, quando foi banida do currículo, em 1971, e substituída por Educação Moral e Cívica. Recentemente, no ano de 2017, esse saber teve seu espaço novamente fragilizado pela nova reforma do Ensino Médio. Visando a implementação de itinerários formativos, a Lei da Reforma do Ensino Médio, de número 13.415/2017, acabou reduzindo os conhecimentos presentes nessa etapa escolar, visto que o diploma legal diminuiu o acesso de alunos da rede pública a conteúdos fundamentais para sua formação integral. A Sociologia é um desses conhecimentos, e terá como consequência o não desenvolvimento da percepção crítica acerca da sociedade e das relações sociais.

Sem o objetivo de analisar os impactos gerados por essa reforma, a ideia aqui é apenas mostrar a importância das Ciências Sociais na escola, a partir do exemplo da Sociologia, ressaltando que desde sua obrigatoriedade em 2008, a mesma vem contribuindo para a construção de uma escola crítica, reflexiva e mais democrática. Com a introdução e obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, as Ciências Sociais são convocadas a refletir acerca de questões referentes à Educação Básica e, com isto, a construir um novo lócus para o debate. O ensino de conteúdos, antes pensados apenas para o Ensino Superior, agora para o Ensino Médio, trouxe desafios pedagógicos e metodológicos para os professores. Historicamente, a luta pelo retorno da disciplina de Sociologia à Educação Básica



foi levada a cabo por Sindicatos de Sociólogos espalhados pelo Brasil. Mas, mesmo considerando a origem desta luta e o fato da disciplina levar o nome de "Sociologia", não podemos esquecer que esta deve ser obrigatoriamente ministrada por um profissional com formação docente em Ciências Sociais, que deve conjugar conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, tal como previsto nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's).

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, como uma das finalidades centrais do Ensino Médio, a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que ele possa decodificar a complexidade da realidade social. Por outro lado, o ensino de Sociologia permite que a Antropologia e a Ciência Política, que embora não sejam disciplinas obrigatórias, possam fazer parte da formação dos estudantes e estejam presentes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é importante considerar o fato de que estas ciências podem fornecer elementos teórico-metodológicos, epistemológicos e temáticos para se pensar as sociedades atuais. A partir de noções como experiências e vivências culturais, rede de relações e cadeias de interdependência, papéis e fatos sociais e o processo de constituição das identidades, hierarquias, pertencas e moralidades sociais, pode-se compreender os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos através dos constantes fluxos, dos hibridismos, do multiculturalismo, das novas identidades e sociabilidades contemporâneas.

Assim, a formação em Ciências Sociais apresenta, como espaço de atuação na escola, a disciplina de Sociologia, bem como outros componentes curriculares ligados às Ciências Sociais. Trata-se de um espaço significativo na formação e no exercício profissional, e requer uma formação voltada à compreensão sincrônica



(funcional e estrutural) e diacrônica (histórica) das práticas, dos discursos, das representações e das narrativas sociais; englobando, assim, uma preparação básica para o trabalho da vida adulta e para o exercício da cidadania em suas dimensões civis, políticas, econômicas e culturais, o que inclui a constituição da pessoa em nível existencial. Em outras palavras, o estabelecimento e o fortalecimento das Ciências Sociais na escola, sobretudo no Ensino Médio, tendem a contribuir para a ampliação do contexto da simples profissionalização e da formação técnica, na medida em que pode representar uma tomada de consciência de aspectos relevantes da ação dos sujeitos e da realidade em que estão inseridos. A Sociologia, com efeito, enquanto vertente do conhecimento científico e humanístico que se fundamenta e que se desenvolve no exercício de crítica e de reflexão sobre a modernidade ocidental, desde o século XVIII, compreende justamente esse esforço de tomada de consciência sobre a Questão Social. Isto é, sobre a organização humana da ordem social em regimes de hierarquia política, de divisão social do trabalho, de legitimação estatal da autoridade e dos usos da violência física e simbólica, da consolidação de culturais nacionais e de instituições como o mercado, a fábrica, a escola e outras atualmente percebidas como normais e naturais na nossa sociedade urbano-industrial e de serviços.

Nesse sentido, cabe à Sociologia, bem como à Antropologia e às demais Ciências Sociais, refletir acerca de suas relações com a Educação, dado que seus conceitos e seus temas adentraram a Educação Básica, ganhando uma nova forma de divulgação fora dos tradicionais muros acadêmicos e universitários. Tal movimento trouxe diversos desafios, que devem ser assumidos pelos seus profissionais, tanto em relação à formação de licenciados, quanto ao desenvolvimento de metodologias de ensino que deem conta da transposição didática dos conteúdos teórico-metodológicos das Ciências Sociais para tal nível de ensino para adolescentes e jovens. Assim, é importante pensarmos na operacionalização, ou seja, na forma como o professor pode trabalhar esses



conteúdos em sua sala de aula. Acreditamos que a busca por uma alternativa ao ensino tradicional deve ser a tônica em todas as disciplinas na escola, mas principalmente na Sociologia, dado seu viés problematizador da realidade social e dadas as suas funções e efeitos de "estranhamento" e de "desnaturalização", conforme previstas nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Porém, o que se observa no cotidiano de nossas escolas e na Universidade são esforços muito pequenos no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias para a aplicação dessas concepções em sala de aula.

Partimos do pressuposto de que a Antropologia, dentro da disciplina de Sociologia, pode ajudar os alunos e os professores da Educação Básica a conhecer, a relativizar e a pensar criticamente a diversidade e a desigualdade que conformam a realidade brasileira, desmistificando as noções já naturalizadas e/ou essencializadas acerca do que se entende, por exemplo, por raça, cor, etnia, identidade, classe, renda, gênero, criminalidade, urbanismo, religiosidade, sacralidade, estilos de vida, juventude, papéis sociais tradicionais, transformações sociais, entre outros. Cabe à Antropologia a investigação sobre a especificidade do comportamento, da organização, dos valores, dos sentimentos e das crenças das sociedades humanas, enfim, seu estilo de vida e cosmovisão, seus modos de ação e de racionalidade. Ancorados em metodologia própria, os antropólogos estão habilitados a oferecer interpretações de práticas culturais e de representações simbólicas específicas dos diferentes grupos e agregados estatísticos sociais, proporcionando um olhar de alcance profundo, etnograficamente informado, sobre a vida em sociedade. A coleta de dados empíricos, etnográficos, por meio do trabalho de campo – dos levantamentos de histórias de vida, de depoimentos e de entrevistas em profundidade, de pesquisa documental de fontes primárias, secundárias e teóricas – permite interpretações de realidades, do imaginário e dos simbolismos que podem nortear antropologicamente as possibilidades de atuação



de instituições, envolvendo os diferentes grupos sociais, econômicos, jurídicos, culturais e políticos.

Mas, cabe ressaltar, estamos longe de um consenso em relação ao modo de se trabalhar essas questões densas, provocadoras e instigantes na escola. As Ciências Sociais se deparam, ainda, com dois grandes desafios à sua frente. Primeiramente se coloca o desafio de conquistar espaço nas agendas e currículos das escolas, onde outras formações humanísticas e científicas, como a filosofia, a história e a geografia também ocupam esse espaço; impõe-se, também, o desafio de pensar o planejamento das aulas de Ciências Sociais em função de um público que não está ali para receber uma formação sociológica que se destina à formação profissional de sociólogos, por exemplo. Da mesma forma, o professor de Sociologia precisa adequar a sua abordagem no que diz respeito a temas relacionados à Antropologia e à Ciência Política, permitindo que estes possam ser trabalhados dentro das aulas de Sociologia, uma vez que é sob o jugo desta disciplina do social em sentido amplo que as análises mais especializadas sobre a Cultura e sobre a Política adentram na Educação Básica. Nesse sentido, retomamos aqui o desafio de operacionalizar – a partir do conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica em Ciências Sociais – as estratégias que permitam a um público, sem uma vivência nessa área acadêmica e que possui expectativas diversas em relação ao docente e ao conteúdo de Sociologia, cumprir aquilo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina: “o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Não é o caso, portanto, de formação de Cientistas Sociais na escola básica, de modo que a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política aprendida na graduação devam, obrigatoriamente, passar por um processo de adequação aos interesses, limitações, linguagens e processos da escola. Esse conjunto de demandas de adequação, por sua vez, não implica que os conteúdos e competências abordados e exigidos em sala de aula se atenham a uma dimensão



aproximada do que tecnicamente se entende por senso comum. Sob esta ótica, a tarefa do professor de Sociologia – e do antropólogo que adentra a sala de aula – reside, antes de tudo, na busca das pré-noções que existem nos educandos para, assim, lograr oportunizar a estes a sistematização e o estabelecimento de um diálogo entre os conteúdos escolares e a realidade na qual este tipo de conhecimento está inserido, e, dessa forma, possibilitar a realização de processos de transposição didático-pedagógica. Nessa perspectiva, cabe a referência aos processos de aprendizagem de tomada de consciência crítica e reflexiva de si e do mundo mediante a desnaturalização dos aspectos socialmente construídos, de modo que este é um importante objetivo a ser perseguido pelo professor em suas aulas. Por fim, as Ciências Sociais ainda não têm uma tradição forte no exercício da docência na educação básica, por isso, a aposta será no sentido de que o profissional de Ciências Sociais construa os caminhos de abertura do curso para a educação básica, ocupando espaço e, especialmente, ampliando a transversalidade do conhecimento, tão essencial para a educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das Ciências Sociais se inscreve em um cenário de enormes demandas de produção de confiança institucional, de inteligibilidade sistêmica e de instrumentário imaginário e simbólico para a emancipação do espírito humano em condições de desorganização normativa e de riscos e vulnerabilidades interacionais inerentes à sociedade complexa, politextual e heterárquica. Figuração social que se desenvolveu nos últimos três séculos na cultura ocidental, atualmente globalizada em formato de capitalismo informacional. Trata-se, assim, de uma prática discursiva coletivamente organizada como saber profissionalizado, tecnicizado e burocratizado, cuja produção, distribuição e consumo se realiza em conformidade com as exigências próprias de uma objetificação do real social



devidamente epistemologizada e formalizada: um exercício científico de crítica e de reflexão político-cultural. As Ciências Sociais e Humanas, nesse sentido, atestam aprioristicamente a democratização dos espaços públicos e da construção tensional civilizada dos processos políticos, de modo que o conflito social – em suas clivagens de classe, de raça, de etnia, de renda e extrato econômicos, de geração, de território, de gênero, de culturas e estilos de vida, de moralidades, de temporalidades, de religiosidades e de normalidades normativas – possa ser administrado em níveis ótimos de convivialidade diversa, plural e pacífica.

As Ciências Sociais, pode-se dizer a título de conclusão, não estão verdadeira e devidamente apreciadas em níveis de importância, mas de necessidade civilizacional em bases axiológicas de felicidade individual e de emancipação coletiva; de maneira que a supressão dessas práticas discursivas e saberes – aqui chamados de Sociologia, Antropologia e Ciência Política – remeteria à gestão autoritária e totalitária da sociedade humana urbano-industrial e de serviços atual. No lugar do exercício crítico e reflexivo de apreensão e compreensão do indivíduo, da sociedade e da cultura, ter-se-ia, assim, máquinas burocráticas de doutrinação, de censura e de higienização do conflito social, da diferença de opiniões, da diversidade de pertenças, da alteridade cultural, e, por fim, da própria liberdade que vitaliza o mundo humano.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Para que serve a Sociologia?** Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECK, U. **La sociedad del riesgo.** Hacia una nueva modernidade. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2002.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.



BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília: 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 junho 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**, Brasília/DF: MEC, SEF, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador, v.2.:** Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador, v.1.:** Uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUSFIELD, J. R. **The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HABERMAS, J. **Consciências Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.



HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. v. 1 e 2. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

PIRES, Á. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In*: POUPART, J. *et al.*, **A Pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Recebido em: 11-11-2021

Aceito em: 16-09-2022

